

Turismo de fronteira

Categories : [Reportagens](#)

Cheguei ao Oiapoque na tarde de 20 de julho depois de uma viagem de cinco dias ao Parque Nacional do Cabo Orange, no extremo norte do Amapá. O corpo doía. Eu tinha passado seis horas sentada numa lancha pequena, exposta a sol e chuva, depois de dormir quatro noites em rede feita para garimpeiro ou ao relento, na parte de cima de barcos de pescadores. Tudo o que eu queria era descansar, mas a notícia de que naquela noite haveria uma reunião com a secretária de Turismo do estado, Fátima Palaes, no prédio da prefeitura, provocou uma mudança de planos.

Apesar da fama adquirida nos livros de geografia, a cidade do Oiapoque (*foto abaixo*) não parece estar incluída no mapa dos governantes. Não há esgoto, nenhuma rua é asfaltada e o lixo tem como principal destino o rio Oiapoque, que separa o Brasil do território francês. A cidade se sustenta do comércio gerado pelos garimpos próximos (incluindo prostituição) e das compras em euro feitas por turistas e franceses que cruzam a fronteira para comprar artigos mais baratos. Ainda assim, não há casa de câmbio oficial. A oeste existe o Parque Nacional do Tumucumaque, a leste fica o do Cabo Orange, mas eles ainda não são tratados como grandes atrativos. A curiosidade de saber o que a secretária de Turismo tinha a dizer pessoalmente àquela comunidade superou o meu cansaço.

Numa sala abarrotada, ouvi que no último dia 15 de julho o presidente Lula assinou na França um acordo binacional para a construção de uma ponte de 360 metros que ligará a cidade de Saint George, na Guiana, ao Oiapoque. O projeto, orçado em 4,5 milhões de reais foi apresentada como “uma aventura do paraíso amazônico ao paraíso caribenho”, mas a secretária Fátima Palaes não soube responder qual aventura na Amazônia brasileira os governos estadual e federal pretendem oferecer aos turistas que chegarem até ali. Talvez ela devesse conhecer o Parque Nacional do Cabo Orange.

A aventura é garantida pela dificuldade de acesso. Afinal, paraíso que se preze não pode ser fácil de chegar. Do Oiapoque à vila de pescadores de Taperebá, que fica dentro do parque e abriga a sede do Ibama, leva-se 18 horas de viagem em um barco de pescador. O tempo de viagem cai para um terço se o trajeto for feito em uma lancha do tipo voadeira. As outras duas opções são pela BR-156, que liga Oiapoque a Macapá. Para quem sai da capital, o jeito é subir 330 km até chegar ao município de Calçoene, de onde se segue por uma estrada rural até a Vila de Cunani, no extremo sul do parque. Para quem sai do Oiapoque, primeiro se enfrenta 120 km de terra e

depois mais 70 km num barco pelo rio Calçoene até Vila Velha, que faz divisa com a parte oeste da unidade. Em época de chuva a estrada é intransitável e a única opção é fazer Vila Velha-Oiapoque de barco, o que significa três a quatro dias de viagem.

O Ibama submeteu um grupo de jornalistas à primeira opção, que possibilita conhecer o acidente geográfico que dá nome ao parque e marca o começo do litoral brasileiro. Entre os séculos XVI e XIX, esse naco de terra à beira do rio Oiapoque foi disputado por portugueses, franceses, espanhóis, ingleses e holandeses. Acabou sendo batizado diversas vezes, em diferentes línguas, mas o nome que ficou foi Cabo Orange, dado em 1625 pelo batavo Johannes de Laet em homenagem à realeza holandesa. No fim do século XIX, esse braço de terra tornou-se oficialmente território brasileiro e em 1980 virou cartão de visita do então recém-criado Parque Nacional do Cabo Orange, que protege a maior e mais bem preservada extensão de mangue do país.

Mangue de proporções amazônicas, com árvores de 30 metros de altura e que já sumiu até com um forte holandês. Dizem que a construção foi engolida pela floresta, capaz de se expandir sobre o mar, um fenômeno característico do Amapá. No sul do estado, o rio Amazonas despeja uma carga de sedimentos que é depositada na costa por uma corrente que sobe em direção ao Caribe. Na época da seca, as árvores fincam suas raízes nesses barrancos recém-formados e como quem não quer nada aumentam o território nacional. Uma evidência dessa grilagem natural é a localização do farol construído em 1997 pela Marinha na ponta do Cabo. Atualmente essa torre de tubos metálicos está a mais de um quilômetro da extremidade do Cabo e se encontra cercada por uma mata que fica cada vez mais jovem à medida que se aproxima do mar ([veja o vídeo, em .mpg, com 2.5 Mb](#)).

“Com a data de construção do forte e o cálculo da velocidade do crescimento da mata, podemos ter uma idéia da localização das ruínas”, conta Ricardo, um oceanógrafo carioca que há três anos trabalha no parque. “Encontrando o forte, o parque está salvo. Dificilmente a Holanda não contribuirá para preservá-lo”, completa. Ricardo é um dos três funcionários recém-concursados do Ibama responsáveis por proteger e administrar o Parque Nacional do Cabo Orange: uma área de 619 mil hectares, com faixa litorânea de 200 km de extensão e uma área de proteção marinha que avança 10 km, ou seis milhas, mar adentro. Cuidar desse patrimônio custa caro e exige equipamentos e uma quantidade de funcionários que o Ibama não tem.

Os dois primeiros problemas começaram a ser amenizados este ano com a execução do ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), um programa que aplica em unidades de conservação recursos doados por instituições internacionais. O dinheiro é destinado à compra de bens e serviços

necessários para melhorar o funcionamento de 48 parques e reservas na região. No caso de Cabo Orange, a administração do parque solicitou no primeiro trimestre de 2005 um barco com cabines para ser utilizado na fiscalização da costa e no combate a incêndios, que têm como período mais crítico os meses de setembro a novembro. O chefe do parque, Marcos Cunha, contava com a embarcação ainda para este ano, mas Fábio Leite, gerente do programa Arpa, acha que só conseguirá entregá-la em novembro por causa de atrasos burocráticos.

“Se faltar equipamento correto de transporte, corremos o risco de repetir os mesmos erros do ano passado”, diz Marcos. Incêndios criminosos ameaçam o parque. Eles são iniciados normalmente por caçadores, pescadores ou criadores de búfalo. Em 2004, foram detectados 408 focos dentro da unidade, seis vezes mais do que no ano anterior. A maioria surgiu a partir do mês de novembro, quando acabaram os recursos disponíveis para operações de prevenção. Não tinha mais verba para aluguel de embarcação, combustível e alimentação dos brigadistas.

Para este ano, o Ibama só conta por enquanto com três voadeiras. Provavelmente, o motor doado pelo ARPA para a lancha do parque chegará em tempo. Ainda assim, um barco maior fará falta. “No ano passado alugamos uma embarcação, mas tivemos dificuldades com a qualidade do serviço e em ter alguém que quisesse trabalhar para o Ibama, por motivos óbvios de perseguição após o término do serviço”, conta Marcos.

Difícil mesmo é encontrar quem aceite alugar um barco para o Ibama realizar operações contra a pesca ilegal. A atividade é proibida dentro dos limites do parque e apenas as populações ribeirinhas podem praticá-la, ainda assim em quantidade restrita e com técnicas quase artesanais.

Por ser uma região de mangue, na foz de diversos rios, e conter água rica em nutrientes trazidos junto com os sedimentos, a área do Cabo Orange tem peixes diversos que se proliferam em abundância. Há espécies nobres como filhote, gurijuba, pescada amarela, e as de água doce como tucunaré, xaréu e pirarucu. Até peixe-boi dá por ali, tanto do tipo marinho quanto do amazônico. Também é fácil encontrar tartarugas, crustáceos, camarões e caranguejos. Estes últimos são muito caçados no Marrecal, uma área do litoral que serve como ninhal para diferentes tipos de aves. O Cabo Orange é um dos poucos lugares no Brasil onde se pode ver flamingos. Pássaros migratórios encontraram ali um pouso seguro para descansar, se reproduzir, e uma fartura alimentar que não existe mais nas redondezas.

“Os catadores de caranguejo ficam desesperados quando a gente vai lá e solta os animais. É o trabalho deles de três semanas voltando para as tocas”, relata Marcos Cunha. “Ao mesmo tempo, apreender o pescado é a melhor forma de repressão no Cabo Orange”, revela o chefe do parque. “No caso de pescador, a gente apreende a rede e tudo o que está nela. Assim dói no bolso”. Ano passado, o Ibama, em operação conjunta com a Polícia Federal, chegou a apreender redes de pesca de 50 km de extensão.

A maioria dos barcos pesqueiros de grande porte é de estados vizinhos como Pará e Maranhão, onde as melhores espécies de peixe se tornaram escassas. Para fugir da fiscalização, os pescadores aproveitam que a Marinha circula pouco por aquelas águas e navegam à noite em embarcações sem nome ou rebatizadas. Tem até pescador do Pará que deixa o barco na mão de ribeirinhos por saber que o Ibama costuma ser menos severo com eles. No momento, Marcos Cunha tenta firmar uma parceria com as associações pesqueiras das cidades no entorno do parque para elas ajudarem a manter os barcos “estrangeiros” fora da unidade de conservação e protegerem seu próprio mercado. Um passo importante já foi dado. Os pescadores locais pararam de praticar a pesca de estacas, em que eles colocavam redes na boca dos igarapés.

Outro problema provocado pela pesca é o lixo das embarcações que vai parar na costa. No Marrecal, pássaros como o xexéo utilizam fios de redes de pesca abandonadas para fazer seus ninhos, que passaram a ganhar uma coloração azulada. Os pescadores forasteiros também aumentam a pressão por água doce. Eles entram nos igarapés atrás do recurso e degradam o ambiente e pescam em lugares proibidos.

No lago Maruani, onde se tem a ilusão de chegar a um mar de água doce depois de meia hora de navegação em igarapés estreitos, o Ibama recorreu à ajuda dos índios. A oeste o parque faz divisa com reservas indígenas que contribuem muito para a preservação do parque. No caso do lago, uma parte pertence à unidade de conservação e a outra à aldeia indígena de Cumarumã. Na época da seca, que se estende de agosto a novembro, o lago se torna a principal fonte de água doce das vilas de Taperebá e Vila Velha, mas os pescadores já aprenderam o caminho. Este ano, os índios vão ajudar a coibir a pesca no lago e a presença de embarcações não-ribeirinhas.

Na época da seca, o lago Maruani também se transforma na principal hospedagem da fauna do parque. Os jacarés açu, os maiores da América do Sul, ficam enfileirados nas margens para aproveitar o sol. As aves também ficam por ali à toa e é possível caminhar nos campos e avistar animais como anta, cutia, tamanduá-bandeira e preguiça.

Um cenário parecido se repete no sul do parque, no lago Tralhoto. Lá os turistas também teriam facilidade de observar animais. Para o geólogo Márcio Sousa, coordenador do levantamento para o plano de manejo do parque por parte do Instituto de Pesquisa do Amapá (IEPA), a região sul deve se revelar a mais propícia para o turismo. Ali há representações dos principais ecossistemas encontrados no parque - do mangue às manchas de cerrado – e, na seca, pequenas praias se formam perto de Cunani.

A previsão é de que o plano de manejo do parque fique pronto em 2006, o que permitirá preparar a unidade para receber turistas. O que o Cabo Orange tem a oferecer é um turismo de contemplação, como observação de pássaros. A atividade é pouco desenvolvida no Brasil, mas bastante popular lá fora. Em julho foi formado um conselho consultivo para o parque, com representantes das cidades de Oiapoque e Calçoene. O grupo tem desde taxistas a índios e numa coisa eles concordam: a adaptação do parque para receber um determinado fluxo de visitantes pode ser a verdadeira ponte entre o paraíso amazônico e o paraíso do euro. Pena que bicho não tenha cadeira no conselho.